

5. MESA-REDONDA DO PROCESSO DE HELSINQUE - MECANISMOS INOVAADORES DE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

NOTAS DO DEBATE

CARLOS TIBÚRCIO, moderador. Bom-dia a todos, sejam bem-vindos. Discutiremos no debate desta mesa-redonda especial do Processo de Helsinque os processos de implementação dos Mecanismos Inovadores de Financiamento para o Desenvolvimento (MIFDs) e o estágio em que se encontram. Analisaremos também as iniciativas brasileiras nesse setor, como o projeto-piloto da Caixa Econômica Federal para facilitar as remessas de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. Teremos uma apresentação dos resultados da última reunião do Grupo Piloto sobre os MIFDs, que ocorreu em Brasília nos dias 6 e 7 últimos. Enfim, abriremos o debate em torno dos caminhos a percorrer, estudando como o Processo de Helsinque poderia agregar valor à implementação dos MIFDs.

EMBAIXADOR AMI MPUNGWE. São muitas as minhas preocupações com os MIFDs. A primeira delas é que as fontes precisam ser cuidadosamente consideradas — elas devem criar recursos suficientes para o desenvolvimento. Seguem-se várias outras, que deixo aqui expressas para nosso debate: até que ponto temos feito, efetiva e exaustivamente, uso dos tradicionais mecanismos de financiamento? Quais são os obstáculos encontrados? Por que os países não cumpriram seus compromissos? Por que não investimos naquilo que realmente

conta? As estruturas nos países em desenvolvimento foram suficientes para fornecer aquilo que deviam supostamente fornecer? Os mecanismos inovadores são globais ou específicos de cada país? Quais os efeitos de equidade dos mecanismos inovadores de financiamento? Quais seriam os efeitos colaterais dos mecanismos inovadores de financiamento? Que tipo de receita eles poderiam criar para o desenvolvimento? Como poderiam promover o crescimento em prol dos pobres? Como terão condições de mobilizar a vontade política de implantá-los? Como garantiremos um financiamento de longo prazo e permanente para o desenvolvimento?

ALAIN SIBERCHICOT. Em primeiro lugar, devemos insistir na idéia da taxa de solidariedade sobre as tarifas aéreas. Em segundo, teremos de usar verbas coletadas para financiar uma linha de crédito internacional para compra de medicamentos. Embora de naturezas distintas, as duas coisas estão interligadas, e não devemos perder de vista essa interação entre ambas. À guisa de ilustração, a taxa sobre tarifas aéreas vem sendo usada na França desde 1º de julho. Não temos possibilidade alguma de criar uma nova taxa sem apresentar ao público o modo como poderia ser útil — daí a inter-relação entre a taxa e sua utilização. A taxa deve ser constante e de caráter previsível. O tipo de mecanismo contribui diretamente para o seu êxito. Em alguns países, essa taxa se aplica a vôos internacionais, noutros a vôos internos e, em alguns, a ambos. O mecanismo de aquisição de remédios visa à saúde, em especial à cura de três doenças: Aids, malária, tuberculose. Não estamos pensando apenas em financiar o desenvolvimento, mas também, na maioria das vezes, os serviços médicos. Para resumir em pouquíssimas palavras a linha de crédito internacional para compra de medicamentos: nós não pretendemos criar uma nova instituição, mas sim criar uma linha de crédito que complemente as ações que foram implementadas, por exemplo, pelo Fundo Internacional para a Saúde, pela UNICEF etc. O processo está em desenvolvimento e esperamos poder explicá-lo mais detalhadamente na próxima Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro.

A primeira dificuldade é definir quais são os países-alvos e quais poderiam ser os critérios para identificá-los (renda *per capita*, doenças predominantes, estado de seus sistemas administrativos, e especificamente a saúde pública). O sistema de governança a ser adotado é um fundo, que aceitará donativos de sistemas diferentes. Restam as questões de quem os controlaria, quem participaria (governos, organizações da sociedade civil). Tudo isto será trabalhado pelo Grupo

Piloto. As questões aqui levantadas já o foram antes. Os mecanismos vão apenas complementar os fluxos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento e focar áreas específicas. Um outro problema, com o qual o Brasil parece ter conseguido lidar, é fornecer remédios e manter os seus preços baixos. Obrigado.

TONY ADDISON. A IFF (International Finance Facility – Linha de crédito financeira internacional) visa juntar US\$ 50 bilhões até 2015 e tornar os fluxos de ajuda mais estáveis e previsíveis. A IFF primária ainda não decolou, mas a IFF para imunização já entrou em vigor, em setembro de 2005. Seu objetivo é mobilizar recursos para vacinar crianças contra as principais doenças letais, como a malária. Baseia-se no princípio da antecipação e espera demonstrar a viabilidade técnica da IFF principal. Estima-se que os quatro bilhões extras salvem cerca de cinco milhões de crianças e cinco milhões de adultos. A IFF tem sido criticada por ser um meio caro de mobilizar dinheiro: os títulos IFF deverão render a uma taxa de juros mais alta, a fim de compensar as altas taxas cobradas nos empréstimos a países em desenvolvimento. Essa crítica é, no entanto, exagerada, pois o Tesouro do Reino Unido calcula que os títulos possam ser emitidos com estatuto semelhante à classificação de crédito, por exemplo, dos títulos do Banco Mundial.

Outra questão é saber se os títulos contariam para a dívida pública dos governos que os emitam. Na União Européia, por exemplo, o Eurostat (Serviço Estatístico da Comunidade Européia) legislou sobre como devem os governos contabilizar a IFF — e a IFF para imunização será lançada como um empréstimo contraído por uma entidade não-governamental, o que é importante para estimular o potencial de adesão de outros governos europeus à IFF. Os pagamentos aos doadores só serão lançados à medida que forem sendo ressarcidos. Foi sugerida também uma loteria global para angariar dinheiro para o desenvolvimento. Alguns a vêem como antiética e muitas organizações lotéricas nacionais também são contra. À guisa de contemporização, foram sugeridos os Títulos de Capitalização Global: não se perderia o investimento inicial, e a loteria só diria respeito a juros pagos sobre o investimento inicial. Poderia haver transferências de pessoa a pessoa ou de escola a escola, dando às pessoas físicas a possibilidade de presentear títulos de capitalização a outras pessoas ou escolas, além da possibilidade de incluí-los numa carteira pessoal de investimentos. Além disso, nesse caso também não se trata de um novo imposto, o que portanto evitaria muitas críticas, como as dos Estados Unidos.

SUSAN GEORGE. As transações financeiras são hoje o maior mercado em todo o mundo (12 bilhões de dólares por dia). Os mercados monetários repre-

sentam cerca de 50 vezes o valor do comércio mundial. Trata-se de mercados concentrados, já que 80% das transações ocorrem através de aproximadamente 30 bancos. Elas representam uma parte relativamente pequena dos lucros dos bancos e as moedas comercializadas são as mais fortes (dólar americano, euro, libra etc.). Os que fazem transações financeiras não são especuladores do mal, mas o mercado estimula a volatilidade (que é boa para os responsáveis por essas transações). Eles “seguem a tendência”, ou seja, esperam que o valor da moeda suba o máximo possível e só vendem quando a moeda está começando a cair (o que leva à instabilidade e favorece situações extremas). É isso que a taxa sobre transações financeiras (*Currency transaction tax*) tenta contrabalançar. A idéia é aplicar uma tarifa baixa (0,005%) sobre as transações financeiras normais (feitas pelos bancos centrais dos países cujas moedas estão sendo compradas/vendidas). Mas, se a moeda for comercializada em um nível mais alto do que o limite fixado pelo Banco Central, introduzir-se-á uma taxa punitiva (que funcionaria como um “fusível [*circuit breaker*], freando o movimento especulativo).

Trata-se de um imposto muito bom porque é uma contribuição direta para o desenvolvimento (talvez de US\$ 10 a 15 bilhões ao ano). Já existe de fato um “imposto” global sobre o desenvolvimento e a estabilidade: a própria volatilidade da moeda, que afeta negativamente as empresas privadas. Com essa nova taxa, sairiam ganhando o desenvolvimento, os governos do Sul, os negócios (graças à remoção da incerteza quanto ao valor das moedas). Nem mesmo os bancos sairiam perdendo tanto assim, porque as transações com moedas respondem somente por cerca de 15% de suas receitas. Além disso, não é necessário que essa taxa seja universal — ela poderia ser implantada em bases nacionais. A legislação da Bélgica poderia ser tomada como modelo. Alguns dizem que ela seria tecnicamente complicada — não, não seria. Alguns dizem que os bancos sonegariam o imposto — não, não fariam isso, porque se trata de uma tarifa muito pequena.

Com relação à sua implantação, o Banco Central Europeu é um obstáculo enorme na Europa. Mas se os ministros da Fazenda a adotassem, a taxa sobre transações financeiras seria viável. Não sei se os Estados Unidos poderiam ser convencidos em função das vantagens para bancos e empresas americanas. É provável que sim. Outros impostos internacionais não chegam tão longe. Mas vimos que a taxação internacional foi da utopia à realidade em cerca de cinco anos. Hoje, cabe aos governos tomarem a iniciativa. E a sociedade civil só pode ajudar nisso.

EMBAIXADOR RICARDO PEIDRÓ. Por que o tema das remessas de imigrantes? Só recentemente a Espanha chegou à etapa de desenvolvimento que atravessava antes da guerra civil. E uma das chaves do desenvolvimento espanhol têm sido as remessas diretas de migrantes. Nos últimos anos a Espanha passou de emissor a receptor de migrantes. Como não há uma política migratória comum na União Européia — embora a Europa só possa crescer recebendo imigrantes —, a Espanha adotou uma política que visa legalizar a situação dos imigrantes. De um lado, o país está lhes concedendo o direito de trabalhar, e permitindo que tenham acesso à seguridade social. De outro, estimula-se o retorno aos países de origem, por meio de concessão de crédito. Em resumo, estamos tentando converter a migração em uma experiência positiva. Remessas são às vezes maiores do que a assistência oficial ao desenvolvimento. E os grupos de países que remetem mais dinheiro estão dentro da União Européia. Reduzir o custo dessas transferências é o objetivo principal da Espanha: antes de tudo, isso deixaria mais dinheiro à disposição das pessoas que as fazem, mas também serviria de apoio aos bancos nos países de origem daqueles trabalhadores. A Espanha estabeleceu três programas relacionados à integração entre o país (emissor) e os países de origem dos imigrantes (receptores). São eles Equador, Senegal e Marrocos, cujo programa de integração é administrado por organizações não-governamentais.

ANTONIO MARTINS. O financiamento público global é importante. O Fórum Social Mundial não é contra o mercado financeiro, mas quer um mercado financeiro que tenha condições de promover desenvolvimento, emprego e direitos humanos. A assistência dirigida a alvos específicos não deixa margem para o planejamento do desenvolvimento nacional nos países. O mercado financeiro não é democrático, pois é preciso haver espaço para o debate público. Uma política de financiamento significa que os próprios cidadãos poderiam fixar seus objetivos de desenvolvimento global. Mecanismos alternativos de financiamento ao desenvolvimento são complementares e ajudam o desenvolvimento, mas poderíamos tentar reverter a arquitetura monetária internacional por meio da presença ativa da cidadania.

ANTONIO PRADO. A responsabilidade social corporativa sempre foi interessante. O mais comum que ouvimos de empresários é que regras de comportamento são responsabilidade do Estado.

MARK WEISBROT. O Center for Economic and Policy Research começou a trabalhar a respeito das taxas sobre transações financeiras graças a uma dotação da Fundação Ford. Não creio que estejamos perto de implantar tais impostos.

Acho, por isso, que devemos examinar onde há realmente vontade de se implantar alguma coisa. Também precisamos certificar-nos de que as mesmas instituições (o FMI e o Banco Mundial) que têm controlado a economia mundial até aqui não vão controlar os mecanismos inovadores de financiamento. Elas já fracassaram antes. Devemos olhar para onde haja vontade de financiar o desenvolvimento — olhar para quem está disposto a fazer isso. O Mercosul pode ser um ponto de partida. Temos que imaginar um meio de realmente levar esse processo adiante. Temos que criar um exemplo realista. Outros virão, depois.

SUSAN GEORGE. Gostaria de reforçar o que Yash Tandon falou sobre remessas. O Ocidente fez tudo para estimular os povos do Terceiro Mundo a irem para outro lugar em busca de trabalho. Mas receio que o sintoma da doença não possa ser a cura. Deveríamos, sim, possibilitar que as remessas tenham as tarifas mais baratas possíveis, mas, se for lucrativa para os países de origem, a emigração servirá somente para perpetuar essa situação perversa. O Norte precisa cancelar as dívidas e pagar um preço justo pelas *commodities*.

FANTU CHERU. As perguntas a fazer são: que propostas são atualmente viáveis? Quais delas são de caráter nacional? Quais são regionais? E quais são globais? Qual é o processo político necessário para agilizar as questões? Quais são as forças sociais necessárias para agilizar propostas prioritárias?

TERRY MCKINLEY. Estamos tendendo a gravitar em torno de situações globais. É possível que algumas dessas iniciativas sejam implantadas com melhor resultado em nível regional em vez de nível global. Ao examinar a viabilidade, talvez devamos examiná-la em nível regional. Com relação aos direitos especiais de saque, muitos países estão acumulando pilhas enormes de reservas de moedas estrangeiras, o que leva à inflação do mercado global. Deve haver um modo de concentrar as reservas a fim de evitar essa inflação e, ainda assim, ter estabilidade econômica.

MIKKO SAULI. Há dois diferentes processos aqui — o Processo de Helsinque e o Grupo Piloto. Como poderíamos aproximar essas duas iniciativas e como poderíamos encontrar sinergias e vinculações entre ambas? Por exemplo, as questões da dívida poderiam ser introduzidas no Grupo Piloto.

FANTU CHERU. O que seria uma abordagem regional para os mecanismos discutidos? Existem algumas dessas abordagens que podemos descartar como politicamente inviáveis, de modo que passemos a nos concentrar em uma quantidade menor de propostas?

ODED GRAJEW. No Brasil, a taxaço sobre transferências financeiras foi criada há cerca de dez ou doze anos como uma contribuição temporária para financiar o Ministério da Saúde por um tempo limitado. É a CPMF. Agora ela veio para ficar e é parte de nosso orçamento federal. Ela não só traz mais recursos como também oferece ao governo a possibilidade de ver para onde o dinheiro estava indo — ou seja, é um mecanismo de combate à evasão fiscal. O terrorismo e a criminalidade são grandes problemas hoje em dia. E controlar as transações financeiras seria um modo de controlá-los. Isso poderia ser um bom argumento para justificar a taxaço.

PAUL SINGER. Estamos discutindo tudo ao mesmo tempo. Gostaria de levantar uma questão. As razões de ser dos novos mecanismos são: primeiro, precisar-se de mais financiamento; segundo, a possibilidade de, nos países pobres, o financiamento poder vir de fora; e, finalmente, a percepção de que, em última análise, só o desenvolvimento é capaz de combater a pobreza. Mas o desenvolvimento capitalista também produz desigualdade e pobreza, especialmente em nível global. Logo, pode o desenvolvimento ser produzido mediante o desenvolvimento externo? O único modo pelo qual a pobreza pode ser erradicada é o desenvolvimento não-capitalista, liderado pelos próprios pobres, objetivando o emprego total e o fornecimento de benefícios sociais. A taxaço da especulação não ajudará os mais pobres. As verbas recolhidas não deveriam ser usadas para o desenvolvimento, mas talvez para tratar de crises ecológicas. O desenvolvimento local deveria ficar com os próprios pobres.

YASH TANDON. Eu recomendaria que, antes da implementação de mecanismos concretos, examinássemos o quadro geral. Estamos hoje, num sentido global, entrando uma época muito interessante, em que nenhuma iniciativa de desenvolvimento é sagrada. Precisamos buscar um novo paradigma — mas não precisamos correr para concretizar iniciativas baseadas em estruturas arcaicas. Precisamos distinguir entre desenvolvimento e bem-estar. Os ODMs promovem realmente o desenvolvimento ou, a rigor, o bem-estar? Na África, tornamo-nos beneficiários do bem-estar — nossa capacidade produtiva foi estrangulada a ponto de só recebermos assistência social do resto do mundo. Isso está nos roubando a capacidade de nos desenvolvermos. Os ODMs confundem desenvolvimento com assistência social. Pulamos do ano 1990 para o de 2015 — e ninguém analisa o que deu errado nos anos 1970 e 1980. Isto é preocupante. A assistência está nos tornando impotentes. Precisamos analisar o que deu errado antes de irmos em frente. O valor agregado do Processo de Helsinque

poderia consistir no diálogo entre o Norte e o Sul de uma forma democrática — mas precisamos de tempo, antes de correr para entrar em ação.

FANTU CHERU. Yash Tandon e Paul Singer discordam de toda a premissa na qual estamos nos baseando. Devemos ter isso em mente e responder-lhes.

RENATO MARTINS. Algumas das questões revelam que estamos diante de uma iniciativa que ainda não foi realmente definida. Examinamos onde estamos e aonde queremos chegar. O presidente Lula falou da Ação Contra a Fome e a Pobreza e isto suscitou muitas perguntas. Do mesmo modo, estávamos com uma agenda internacional cujos temas não eram realmente fáceis de abordar. Temos conseguido conscientizar a nação com relação à questão da pobreza — isto, em si, é importante. Tudo aconteceu no contexto dos ODMs. Pelos mecanismos tradicionais, essas metas jamais serão alcançadas até 2015. Temos de considerar a natureza complementar dos mecanismos inovadores e dos mecanismos tradicionais. A idéia é criar modos de mobilizar verbas adicionais para alcançar os ODMs. Muitas questões foram resolvidas e muitos problemas levantados (impostos sobre transações em moeda estrangeira, evasão fiscal, direitos especiais de saque, remessas). Todos têm uma natureza complementar e não a de substituir mecanismos tradicionais. Deveríamos definir como o Processo de Helsinque poderia unir esforços de um modo concreto para apoiar as demais iniciativas em matéria de mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento.

EMBAIXADOR AMI MPUNGWE. Eu apoio Yash. Não me parece que tenhamos um entendimento comum do que estamos querendo dizer com desenvolvimento. Todo o debate tem girado sobre como entender o desafio, e não como resolvê-lo. Podem os mecanismos alcançar os fins que desejamos sem esboçarmos um quadro mais amplo ou uma filosofia subjacente? Alguns dos problemas africanos, tais como aumentar a governança e promover a democracia, dispõem assistência financeira ou intervenção. Não se trata de um problema de voto, e sim da idéia geral de ampliar as fronteiras da liberdade humana e a capacidade de agir em face da globalização. Globalização é o contexto do Processo de Helsinque, e não dos problemas e desafios do passado. Examinar demasiadamente o passado não vai nos ajudar a resolver novos desafios e usar as novas oportunidades trazidas pela globalização. As tecnologias de informação e comunicação são uma nova oportunidade e um desafio que devemos resolver. Como incorporá-las à promoção de desenvolvimento? Ou aos problemas ecológicos?

ANTONIO MARTINS. Somos um grupo variado com idéias variadas — é difícil sistematizar tudo isso. Do meu ponto de vista, há um consenso de que três questões precisam ser aprofundadas. Num mundo de focos de poder multiplicados, estamos precisando de processos globais democráticos para resolver os problemas e redistribuir a riqueza. Temos um paradigma segundo o qual as sociedades não podem controlar o mercado, mas têm, sim, de criar modos de atrair o mercado. Este é um ponto importante. Eis os três problemas fundamentais que precisam ser mais bem desenvolvidos: 1) qual é o nosso paradigma para o desenvolvimento? Construir empresas em locais onde falta trabalho? E como controlar os fluxos de capitais? Como modificar o aquecimento global?; 2) o que deve ser financiado a partir daqueles mecanismos de redistribuição da riqueza? Um projeto de solidariedade econômica? E os mecanismos devem ser globais?; 3) como unir tais mecanismos (filantropia, remessas, loteria global etc.)?

FANTU CHERU. Os ODMs não falam em mudança estrutural, mas devemos tomar o discurso dos ODMs como um passo intermediário para desenvolver mudanças estruturais? Como os ODMs abrem um ponto de entrada estratégica para discutir mudança estrutural?

TERRY MCKINLEY. Não acho que sejamos tão díspares assim como grupo. Tendo a achar que, quando todos concordarmos com determinadas premissas, a noção de projetos de desenvolvimento nacional será uma só. A mobilização de recursos domésticos é o modo primário de fazer isso. Onde tudo se torna confuso é no passado recente. Programas de reestruturação política levam as instituições financeiras internacionais a querer construir redes de seguridade social nos países em desenvolvimento. Atingimos um ponto em que os povos se dão conta de que estas não são metas estruturais permanentes, mas sim meios de minimizar danos. Os ODMs respondem à pergunta: é possível mobilizar recursos globais para acelerar o desenvolvimento? Devemos ser claros quanto ao fato de que a maioria dos recursos precisa vir de fundos domésticos, seguidos de recursos oficiais para o desenvolvimento. O que devemos discutir é como (ou se) os mecanismos inovadores podem agregar valor a isto.

ODED GRAJEW. Singer tem razão. Pelo que entendi, estamos falando de desenvolvimento sustentável, que hoje está muito bem definido. É um desenvolvimento que não destrói o meio ambiente e promete igualdade social. O modo de medir o desenvolvimento sustentável ou não-sustentável é examinar se os recursos naturais estão diminuindo e se a igualdade está sendo promovida. O dado novo, a propósito dos ODMs, é que, pela primeira vez, falamos de metas para a humanidade que não

são só econômicas, mas incluem mortalidade infantil, meio ambiente etc. Eis a mudança. Estão faltando metas sociais, pelo menos no Brasil — e esta é a grande novidade dos ODMs. O setor comercial deveria ter mais responsabilidades. Ele pode ser o diferencial, pois se os consumidores não se incomodarem em saber quem é que está produzindo mercadorias, quem é que está usando trabalho infantil ou madeira ilegal, isso jamais se alterará. São os consumidores que fazem as empresas irem para frente. Em termos de mudança de paradigmas, o que há de novo? A humanidade construiu uma base de conhecimento, e se não a usarmos teremos muito a perder. O Processo de Helsinque traria valor agregado ao promover em diferentes países a possibilidade de compartilhar as experiências de seus próprios projetos nacionais. As pessoas costumam achar, com muita facilidade, que os outros países são iguais ao seu e que as coisas só podem ser feitas do modo como são feitas em seu próprio país.

FANTU CHERU. O tempo está acabando. McKinley abordou um ponto importante: o que podemos fazer para complementar e apoiar os esforços de desenvolvimento nacional?

MIKKO SAULI. Como nem todos estiveram presentes às reuniões anteriores do Processo de Helsinque, gostaria de lembrar que houve um debate sobre alternativas de política macroeconômica em junho, e que esse debate deve ser mantido aceso no contexto do Processo de Helsinque. Se pensarmos nas propostas aqui desta mesa, há as taxas sobre as transações financeiras, que vinculam muito bem tanto o potencial de obtenção de dinheiro como a criação de estabilidade, como condições prévias para o desenvolvimento. Estas devem ser a prioridade.

SUSAN GEORGE. Ao se falar de recursos complementares, lembremos que há dois modos de obtê-los. Um seria remover o saco de pedras que os países em desenvolvimento estão carregando (a dívida). A odiosa dívida é uma questão importante a ser considerada e examinada com o maior cuidado. Não é o caso apenas dos países menos desenvolvidos. O outro modo seria somar mais ajuda à existente. Estamos falando de desenvolvimento ou apenas de assistência social? Há duas coisas a serem feitas, para dar poder aos povos: 1) garantir que quaisquer verbas suplementares estejam condicionadas a orçamentos democráticos participativos; 2) certificar-se de que os povos tenham poder, dando-lhes a responsabilidade de cuidarem de si mesmos e de suas vidas. Ter a certeza de que os próprios povos se envolvam é o único modo de transformar assistência social em desenvolvimento.

YASH TANDON. Não devemos ser tímidos e sim expressar nossas diferenças em torno de uma mesa-redonda, porque é o que vai nos ajudar a superá-las. Os

ODMs são um marco importante. É prodigioso que estejamos falando disso no Centro Celso Furtado, quando não temos sequer um entendimento claro do que significam projetos de desenvolvimento nacional. Os últimos 30 anos destruíram de fato qualquer desenvolvimento nacional e o substituíram por projetos de desenvolvimento impostos por instituições globais. Há países no mundo que querem negar às gerações em desenvolvimento seus direitos à determinação nacional. A luta pelo espaço nacional está apenas começando.

PAUL SINGER. O debate está entrecruzado. Gostaria de responder a Oded, que disse que não estamos tomando conhecimento das lições da história. Nem tudo o que a história nos ensina vale a pena aprender. Temos que inventar um novo enfoque do desenvolvimento, levando em conta tudo quanto aprendemos da história. Desenvolvemo-nos localmente, e não só nacionalmente. Qual desenvolvimento precisa ser financiado de fora? Não existe tal desenvolvimento. O comércio livre não é o problema. A Europa nos ensina uma lição muito mais interessante do que o Mercosul.

TONY ADDISON. Falei, ontem, a favor de taxas. Acho que taxas globais são uma boa idéia, especialmente devido ao duplo dividendo que oferecem, mas, na presente etapa, acho que criar novos produtos capazes de facilitar investimentos éticos seria o melhor ponto de partida. Há um mercado para as linhas de crédito financeiras internacionais (IFFs) e nem o governo dos Estados Unidos pode ter muita coisa em contrário. Não há verdadeira razão para agrupamentos regionais não poderem criar mecanismos de IFF e usá-los para financiar projetos de desenvolvimento regionais (alternativas para aqueles financiados pelas IFIs). Acho apenas que, de início, eles trariam um grau de risco mais alto, mas isso se alteraria com o tempo. Seria um modo de criar financiamentos, mas também espaço político, pelo qual muitos vêm clamando. Não há razão para que instrumentos financeiros não possam ser criados a fim de fornecer também mais espaço político.

EMBAIXADOR ILARI RANTAKARI. Com relação ao Processo de Helsinque, realmente estamos querendo apoiar algo já em andamento, e não competir, ou reinventar a roda. Temos todas as razões para continuar o debate no contexto mais amplo do desenvolvimento, mas também podemos examinar o que poderíamos fazer para iniciar ações concretas.

SUSAN GEORGE. Só temos falado de dólar americano, euro, libra esterlina etc., quando existem dois mundos, separados, de moedas: um de moedas com propósitos específicos, outro de moedas com um propósito geral. Por exemplo, no

Brasil, crianças que ajudem outras crianças nos estudos poderiam ganhar pontos, que elas mais tarde usariam para custear sua educação. Esta seria um bom enfoque para multiplicar os esforços de desenvolvimento: através da participação popular.

MARK WEISBROT. A respeito do que Terry falou sobre consenso, temos consenso mais que suficiente para chegar a uma conclusão de comum acordo sobre as próximas etapas. Se lançássemos um Banco do Sul no Mercosul, poderíamos pôr em prática algumas iniciativas de modo que, mais tarde, elas se espalhassem por outros lugares. Como Tony sugeriu, elas poderiam fornecer também mais espaço político para países em desenvolvimento — e oferecer uma concorrência ao crédito internacional oficial. A Venezuela já prometeu US\$ 5 bilhões para esse banco. O poder das instituições financeiras internacionais já foi enfraquecido, e isso poderia ser uma boa oportunidade para se tentar algo de novo. Devemos pensar em usar o grupo e nossos aliados para irmos até os países do Mercosul e perguntar-lhes se estariam interessados em criar tal linha de crédito para empréstimos. Há instâncias críticas nas quais o financiamento se torna importante, como a Bolívia, no momento. Uma fonte alternativa de financiamento poderia ser enormemente importante num caso como o da Bolívia. O fluxo de capital é hoje do Sul para o Norte, tal como tem sido já por algum tempo. Uma linha de crédito independente para financiamento poderia ser extremamente importante.

TERRY MCKINKEY. Duas recomendações, com base no debate: 1) deveríamos tentar usar uns dois mecanismos discutidos em nível regional (por exemplo, as IFFs, e a Contribuição Solidária sobre Passagens Aéreas); deveríamos assumir algumas das iniciativas ainda não apoiadas em nível regional na América Latina; 2) como iremos ampliar o espaço político nacional e reviver o projeto de desenvolvimento nacional?

RENATO MARTINS. Lembro que o Mercosul já discutiu a questão da ação global. Na semana passada, tivemos uma reunião de líderes do Mercosul e discutimos como incluir mais países sul-americanos, por exemplo, na Contribuição sobre Passagens Aéreas. A cooperação com o Processo de Helsinque pode ser muito útil, até para atrair mais governos para as iniciativas fomentadas pelo Grupo Piloto. No futuro, devemos trabalhar dentro desse espírito. Precisamos entender que há alternativas para os atuais acertos financeiros e projetos de financiamento ao desenvolvimento — os mecanismos inovadores podem.

CARLOS TIBURCIO. Agradeço a todos. Obrigado e até o próximo encontro.

INICIATIVAS BRASILEIRAS

Remessas de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos

- O Projeto-piloto da Caixa Econômica Federal para facilitar essas remessas foi exposto por Rosane Maia, consultora da Presidência da CEF.
- Nos anos 90, houve uma transição no panorama migratório brasileiro. O Brasil passou à condição de emissor de migrantes.
- Atualmente, cerca de 3 milhões de brasileiros vivem no exterior, 70% dos quais nos Estados Unidos, Japão e Paraguai.
- Segundo dados do Banco Mundial, o montante de remessas de migrantes duplicou entre 2002 e 2004, sendo o Brasil classificado, em 2005, como o 13º maior receptor mundial e 2º maior receptor desse tipo de recursos na América Latina, com um montante total de 6 bilhões de dólares.
- A entrada da CEF no mercado internacional, em 2004, buscou contribuir para a formalização das remessas, oferecendo aos usuários melhores taxas de câmbio e tarifas (2,2%), além de outros produtos. Para tanto, a instituição firmou parcerias com o BCP Bank, nos Estados Unidos; com o Banco Millennium, em Portugal; e com o Iwata Shinkin Bank, no Japão.
- O valor médio das remessas processadas por essa via, que em 2005 foi de 797.500 dólares, já ultrapassou 1 milhão de dólares no primeiro semestre de 2006.

Contribuições voluntárias das empresas para o cumprimento dos ODMs

- O tema da responsabilidade social empresarial e dos ODMs foi exposto por Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos e do Comitê Brasileiro do Pacto Global.
- Nos últimos quinze anos o cenário dos negócios passou por profundas transformações. Por um lado, houve o acesso a recursos tecnológicos que estão viabilizando novos processos e produtos, trazendo ganhos de produtividade e proporcionando acesso a novos mercados. Por outro, a nova dinâmica da economia globalizada tem provocado impactos como a degradação ambiental e o aumento do desemprego.
- É crescente o reconhecimento conquistado pelas empresas que se comprometem publicamente com a adoção de comportamentos socialmente responsáveis, baseados na ética, na transparência e no aprimoramento permanente de suas relações. A Responsabilidade

Social Empresarial (RSE) está se tornando um parâmetro norteador da gestão estratégica voltada para o sucesso dos negócios, de modo articulado com a promoção do desenvolvimento sustentável, da preservação ambiental e da justiça social no país.

- Os objetivos nos quais se baseia a RSE são compartilhados pela ONU, que traçou oito metas a serem atingidas até 2015: erradicar a extrema pobreza e a fome, universalizar o ensino fundamental, promover a igualdade entre sexos e a valorização da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater a AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental, promover uma parceria mundial pelo desenvolvimento. Definidos em 2000, os ODMs foram aprovados por consenso na Cúpula do Milênio, que reuniu 191 países e 147 chefes de Estado.
- A ONU convocou governos e os diferentes segmentos da sociedade a se unirem em torno dessas diretrizes. O fortalecimento do movimento de RSE mostra que as empresas estão atendendo ao chamado. O Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, um dos articuladores desse movimento, tem recebido adesão crescente de organizações dos mais diversos setores e portes, comprometidas com a construção de uma sociedade mais equilibrada e justa. Hoje, conta com mais de mil empresas associadas.
- No Brasil, o movimento de RSE tem difundido a cultura de mudança na sociedade. Afinal, as empresas são agentes sociais poderosos que podem contribuir decisivamente para a consolidação de novos paradigmas de desenvolvimento sustentável. Para a empresa, a prática socialmente responsável não só a torna parceira do desenvolvimento social, como também valoriza sua imagem institucional, além de fidelizar o consumidor.
- Gerenciar os negócios de maneira sustentável é a contribuição mais eficiente que o empresariado pode dar para que os ODMs sejam cumpridos. Inúmeras experiências têm sido desenvolvidas pelo setor visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

RESUMO DOS MFIDs

Questões e preocupações

- Efeitos de equidade dos mecanismos financeiros inovadores – de onde sai e para onde vai o dinheiro angariado?
- Efeitos colaterais dos mecanismos inovadores de financiamento
- Tipo de receita que podem criar para o desenvolvimento. Poderiam promover o crescimento em prol dos pobres?
- Como conseguir mobilizar a vontade política para implementá-los se não conseguimos sequer implementar compromissos tradicionais?
- Como poderão ajudar a garantir um financiamento convencional de longo prazo para o desenvolvimento?

A Contribuição Solidária sobre Passagens Aéreas e a Central Internacional de Compra de Medicamentos

- O imposto e a linha de crédito que recebem os financiamentos: dois mecanismos separados, embora obviamente interligados
- Indicação do uso dos fundos angariados: justificativa crucial de um imposto internacional
- Apresentação de resultados a curto prazo para para conquistar amplo apoio
- Envolvimento de todos os atores (especialmente a sociedade civil) para desenvolver o mecanismo
- Recolhimento do imposto em vôos internacionais, domésticos ou ambos.
- Finalidade do dinheiro granjeado: simples complemento da ajuda oficial ao desenvolvimento; não será usado para o desenvolvimento em geral, e sim para financiar os serviços sanitários (combate à aids, à malária e à tuberculose)
- Canalização do dinheiro obtido para os fundos internacionais já existentes (Fundação Gates, UNICEF etc.), sem necessidade de criação de novo mecanismo
- Principais dificuldades: estabelecer critérios para a escolha de países-alvos (renda per capita, predominância das doenças, estado de seus sistemas administrativos ou sistema de saúde específico etc.); estabelecer sistema de governança dos fundos; definir os participantes da governança (governos, organização da sociedade civil, organizações internacionais)

Linha de crédito financeira internacional

- Até aqui, apenas a Linha de crédito financeira internacional (International Finance Facility/IFF) para imunização foi implantada. Ela visa gerar quatro bilhões de dólares adicionais para vacinar crianças contra doenças como malária, mas também a demonstrar a viabilidade técnica da IFF em geral.
- A IFF tem sido criticada como um modo caro de se mobilizar dinheiro: os títulos IFF deverão render juros maiores para compensar o empréstimo a países em desenvolvimento (portanto correndo um risco maior). Essa crítica é exagerada — o Tesouro do Reino Unido calcula que os títulos possam ser emitidos sob uma classificação de crédito parecida com os títulos do Banco Mundial.
- Outra questão em aberto: saber se os títulos seriam contados para a dívida pública dos governos que os emitem. Na União Européia, o Eurostat (Serviço Estatístico da Comunidade Européia) determinou que a IFF de imunização fosse registrada como o empréstimo de uma unidade não-governamental, o que é importante para estimular a adesão em potencial de outros governos da União Européia à IFF.
- Pagamentos a credores só serão registrados a uma base anual, à medida que forem sendo ressarcidos.

Título de capitalização global

- O Título de Capitalização Global (*Global Premium Savings Bond*) foi proposto em consequência de críticas à proposta da Loteria Global: o investimento inicial não fica perdido e a loteria diz respeito apenas a juros pagos sobre o investimento inicial.
- Além de serem investimentos em carteiras individuais, os títulos podem ser emitidos como transferências de pessoa a pessoa ou de escola a escola, dando às pessoas físicas a possibilidade de doarem títulos de capitalização a indivíduos ou colégios.
- Não é um imposto, o que evita muitas críticas, por exemplo dos Estados Unidos.

Taxação sobre transações financeiras

- Transações financeiras são o maior mercado do mundo, somando aproximadamente 50 vezes o valor do comércio global

- Trata-se de mercados concentrados — 80% das transações ocorrem através de aproximadamente 30 bancos
- As transações com moedas representam uma parte relativamente pequena dos lucros de bancos, e as moedas comercializadas são as principais (dólar americano, euro, libra esterlina etc.)
- O mercado de transações com moeda estrangeira estimula a instabilidade — e é isso que as taxas sobre tais transações tentam contrabalançar.
- Uma taxa pequena (0,005%) seria introduzida sobre as transações financeiras, mas se a transação financeira estivesse acima do limite fixado pelos bancos centrais, seria penalizada com uma tarifa mais alta.
- Vantagens da taxa sobre transações financeiras (*Currency transaction tax*): é uma contribuição direta para o desenvolvimento (pode fornecer entre US\$ 10 e U\$ 15 bilhões ao ano); já existe efetivamente um ‘imposto’ global sobre o desenvolvimento e a estabilidade — a volatilidade da moeda; sairiam ganhando o desenvolvimento, os governos do Sul, os negócios (graças à remoção da incerteza quanto ao valor das moedas) e até os bancos (transações financeiras só respondem por mais ou menos 15% de a suas receitas – novos investimentos diretos estrangeiros poderiam compensar isso facilmente).
- A taxa sobre transações financeiras não precisaria ser universal. A legislação da Bélgica poderia ser usada como modelo.
- A taxa sobre transações financeiras não seria tecnicamente difícil de implantar — já existe um banco que pode cobrar essa taxa. Os bancos dificilmente tentariam sonegar o imposto, por ser tão pequeno.
- Empecilhos: o Banco Central Europeu é um tremendo problema, na Europa — talvez os ministros da Fazenda consigam convencê-lo a adotar os impostos sobre transações com moedas; os Estados Unidos são contra tais impostos — talvez os Estados Unidos possam ser convencidos a adotarem-no por conta das vantagens em potencial para os bancos e empresas americanas; falta vontade política aos governos — a iniciativa cabe agora aos governos, a sociedade civil só pode ajudar, nisso.

Remessas de Migrantes

- A migração deve ser vista como um fenômeno positivo, a contribuir para as economias dos países destinatários e, em potencial, para as dos países de origem.

- As remessas transcendem os fluxos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD). Reduzir o custo de tais transferências significaria deixar mais dinheiro à disposição das pessoas que o ganharam e querem remetê-lo de volta a seus parentes. Elas também serviriam os bancos nos países de origem dos trabalhadores migrantes.
- A redução do custo da transferência de remessas deve ser feita em parceria com os países de origem e os países destinatários, envolvendo a sociedade civil e demais atores.

Desenvolvimento

- Deve-se desenvolver um novo paradigma para o desenvolvimento autônomo antes de se examinar a implantação de mecanismos concretos, ainda baseados em estruturas arcaicas. Esta nova abordagem ao desenvolvimento deve centralizar o projeto nacional — isto é, o direito dos países de determinarem o desenvolvimento segundo seus próprios termos.
- Uma clara distinção deve ser feita entre desenvolvimento e assistência social. Certificar-se de que os próprios povos adquiram poder é o único modo de transformar assistência social em desenvolvimento. Eis duas sugestões para dar poder aos povos: 1) garantir que quaisquer fundos ou orçamentos suplementares estejam condicionados à aceitação democrática participativa; 2) certificar-se de que os povos ganhem poder dando-lhes responsabilidade sobre si próprios e suas próprias vidas.
- Num mundo com múltiplos centros de poder, são necessários processos globais democráticos para resolver problemas e redistribuir a riqueza [Três questões carecem ser respondidas, nesse contexto: 1) qual é o nosso paradigma para o desenvolvimento; 2) o que deve ser financiado a partir de tais mecanismos de redistribuição da riqueza; 3) como reunir os diferentes mecanismos (filantropia, remessas, loteria global etc.)?].
- Muitos problemas de desenvolvimento não exigem financiamento, mas sim governança nacional aperfeiçoada e democracia.
- Modos de fornecer mais espaço político aos países em desenvolvimento e mais retorno a projetos de desenvolvimento nacional precisam ser encontrados. Está claro que a maioria dos recursos para financiá-los precisa vir de recursos domésticos, seguidos de recursos oficiais de desenvolvimento. Como poderiam os mecanismos inovadores contribuir para isso?

Mecanismos Inovadores de Financiamento ao Desenvolvimento em geral

- É possível que certas iniciativas discutidas sejam mais eficazes se implementadas em nível regional e não em nível global.
- O propósito dos mecanismos inovadores de financiamento não seria o de substituir o financiamento nacional nem a ajuda tradicional oficial ao desenvolvimento, mas sim de fornecer fundos complementares. Talvez com o fito de solucionar problemas específicos (por exemplo, saúde, problemas ecológicos etc.).
- Haveria todo um mundo separado de moedas que poderiam ser discutidas sob mecanismos inovadores de financiamento. Por exemplo, no Brasil, crianças que ajudem outras crianças poderiam ganhar pontos que elas usariam então para custear seus estudos universitários. Esta seria uma boa abordagem para os esforços múltiplos de desenvolvimento, através de participação popular.

Mecanismos a serem priorizados

- No ponto em que estamos, o melhor lugar para se começar seria criar novos produtos que possam facilitar investimentos éticos. Há um mercado para produtos tais como a IFF e o Título de Capitalização Global, e mesmo os governos em geral mais céticos quanto a mecanismos inovadores de financiamento dificilmente se oporiam a eles.
- Dentre as propostas hoje discutidas, a Taxa sobre Transações Financeiras vincula tanto o potencial de obtenção de dinheiro quanto a criação de estabilidade, que é uma condição prévia para o desenvolvimento. Esta deve ser uma prioridade.
- O terrorismo e o crime organizado são problemas de envergadura no mundo de hoje. Controlar transações financeiras poderia ajudar a reduzir o terrorismo e o crime organizado e fornecer assim uma justificativa politicamente atraente para a introdução de mecanismos de controle das transações financeiras.
- Direitos Especiais de Saque: muitos países estão armazenando pilhas imensas de reservas em moeda estrangeira, o que leva à inflação no mercado global — deveria haver algum modo de concentrar as reservas a fim de evitar tal inflação, mas ainda assim ter-se estabilidade econômica.

Propostas de ação

- Os países do Mercosul devem discutir a possibilidade de criarem uma linha de crédito para empréstimos regionais. Uma fonte alternativa de financiamento criaria a tão ansiada competição e poderia também fornecer espaço político aos países em desenvolvimento.
- Mecanismos inovadores de financiamento devem ser implantados em nível regional (por exemplo, IFF e Taxa sobre Passagens Aéreas) pelo Mercosul, NEPAD (Nova parceria para o desenvolvimento da África), ASEAN (Associação das nações do Sudeste asiático) e demais organizações regionais.
- Representantes do Processo de Helsinque e o Grupo Piloto deverão discutir sua possível colaboração a fim de, em conjunto, programarem mecanismos financeiros inovadores. Uma reunião dos representantes poderá ser organizada no contexto da Assembléia Geral da ONU em setembro de 2006.
- Pesquisar os mecanismos inovadores de financiamento existentes ou já funcionando, em níveis nacional e local.